

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIII • Nº 72

Poder Legislativo

Recife, sábado, 13 de maio de 2006



RINALDO MARQUES

PRESEÇA - Representantes de 81 municípios participaram e elogiaram a iniciativa da Mesa Diretora da Alepe

Seminário aborda tributação municipal

Evento promovido pela Elepe e pelo Cefor terminou ontem

O Seminário do Poder Legislativo Municipal na Região Nordeste, que começou na última quarta-feira (10), chegou ao fim na manhã de ontem. Para encerrar as atividades, os participantes assistiram à palestra intitulada *Tributação no Município*, ministrada pelo consultor legislativo da Câmara dos Deputados Adriano Nóbrega, que mostrou as diversas formas de arrecadação. O evento aconteceu por meio de uma parceria entre a Escola (Elepe) e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara Federal (Cefor).

Para Nóbrega, a melhor forma de o município garantir a arrecadação mensal é instituindo taxas de prestação de serviços públicos, em vez de cobrar impostos, que, do ponto de vista político, é considerada uma medida impopular. Os esclarecimentos feitos pelo consultor foram baseados no Código Tributário Nacional, instituído na década de 1960. "Essas informações também são baseadas na Constituição Federal, mas, em casos específicos, é necessário levar em consideração a Lei Municipal de cada localidade", explicou Adriano Nóbrega.

Os vereadores puderam saber mais sobre o Imposto

Predial e Territorial Urbano (IPTU), contribuições de melhoria, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), as limitações constitucionais, entre outras questões.

Durante três dias, 250 vereadores e assessores técnicos de 81 municípios de oito Estados do Nordeste estiveram no Recife participando do seminário, que aconteceu no Park Hotel, em Boa Viagem. O objetivo principal do evento foi fortalecer a integração institucional entre os Legislativos Federal, Estadual e Municipais e consolidar o conhecimento dos vereadores sobre o papel do Parlamento Municipal.

O vereador do Recife Liberato Costa Júnior (PM-DB) participou do último dia de palestras. "A iniciativa da Assembléia de Pernambuco e da Câmara Federal é de primordial importância para a valorização do município", enfatizou Liberato, elogiando a Mesa Diretora da Alepe.

Nos primeiros dias, os participantes debateram sobre o Poder Legislativo na história, o Poder Legislativo Municipal, planejamento e orçamento público, execução orçamentária, fiscalização e controle, hierarquia das normas, competências municipais e processo legislativo, educação e proteção à infância e à adolescência.

Cidadania

Debate avalia cotas para o Ensino Superior

O projeto de lei federal que institui cotas nas universidades públicas federais para alunos pobres, negros e índios, oriundos de escolas estaduais e municipais, e o Estatuto da Igualdade Racial foram discutidos, ontem, em debate realizado pela Comissão de Defesa da Cidadania da Alepe. A reunião foi solicitada pelo Comitê Nacional por Ações Afirmativas para marcar o 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo.

De acordo com o representante do Comitê em Pernambuco, José de Oliveira, a intenção é sensibilizar a sociedade e apelar para que a Câmara Federal e o Senado aprovem as matérias em favor dessas populações. A proposta que institui as cotas é da deputada federal Nice Lobão (PFL/MA) e visa definir em 50%, as vagas para pobres, negros e índios em todo o Brasil. "A aplicação das cotas será feita após a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial. Assim se estabelecerá como serão

previstos os espaços dentro das universidades", explicou Oliveira.

O deputado Isaltino Nascimento (PT), que coordenou o debate representando a Comissão de Cidadania, salientou que é preciso criar políticas públicas em defesa dos afrodescendentes. Ele destacou que Pernambuco tem a quarta maior população negra do País, o que representa 56%. Em todo o Brasil, são 46%.

"Com a reunião, queremos fortalecer a aprovação do Estatuto e a reserva de cotas." O deputado federal Paulo Rubem Santiago (PT/PE) defendeu a inclusão das políticas de ações afirmativas nos orçamentos estaduais e federal.

Participaram do debate representantes do Movimento Negro Unificado, União Internacional de Negros e Negras, Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, o vereador Dílson Peixoto (PT), o pré-candidato a governador Humberto Costa (PT), entre outros.

MOISÉS BARBOSA



TRÂMITE - Entidades querem sensibilizar Câmara e Senado

Pronunciamentos

DISCURSO PRONUNCIADO PELA DEP. ANA CAVALCANTI NO DO DIA 09/05/2006

Em que país estamos vivendo?

Venho à tribuna nesta tarde retratar a minha indignação, como deputada, como mulher, como cidadã, pelas graves violações aos direitos humanos com que convivemos diariamente m nosso país.

A sensação atual e eminente é de um Estado de Direito onde as regras são violadas.

Onde a impunidade se sobrepõe ao direito à vida.

Não poderia deixar de manifestar meu repúdio, senhoras e senhores deputados, ao resultado do julgamento do jornalista Pimenta Neves, que confessou ter matado, há cinco anos, a sua ex-namorada, a jornalista Sandra Gomide.

Não sou jurista, sou cidadã, que preza pelos valores da vida, da ética, da moral, e por isso me sinto inteiramente à vontade para dizer que a lição que este julgamento nos deixa é que no Brasil não se faz justiça; Ou, o que é mais grave, que temos uma justiça parcial, que utiliza pesos e medidas diferentes, de acordo com o réu.

Ele foi considerado culpado por homicídio duplamente qualificado - **recurso que impossibilitou a defesa da vítima (Sandra foi baleada pelas costas) e motivo torpe (vingança –ciúme). Nos últimos quatro anos, o jornalista usou quase todos os recursos cabíveis para afastar o motivo torpe.**

No entanto, Pimenta Neves, réu confesso do crime, vai recorrer da decisão em liberdade.

Isso porque o juiz entendeu que, por ter aguardado o julgamento em liberdade, mesmo condenado, o réu poderá aguardar todos os recursos de sua defesa em liberdade.

Faço minhas as palavras da família da vítima, que além da dor da perda, precisa superar a dor da injustiça: como vamos ensinar às nossas crianças que não se deve matar, que a vida é um bem supremo?

O que nos deixa mais desolados, nobres colegas, é que essa situação não é única e inédita em nosso país.

Quantas mulheres têm sido brutalmente assassinadas, sem qualquer direito de defesa ou reação, por motivos banais, meramente passionais, fruto de uma visão equivocada do domínio masculino nas relações humanas?

E quantos assassinos desses foram condenados?

O que estamos fazendo nesse país é uma verdadeira temeridade. Estamos, por omissão, afirmando: matem, disponham da vida das mulheres, caso desejem dominá-las e elas resistam.

Lamentavelmente, não poderíamos esperar uma sentença diferente para Pimenta Neves. Afinal, ele nem sequer sentou no banco dos réus e pôde ficar o tempo todo ao lado dos seus advogados.

E isso tem um sentido simbólico muito forte para o nosso sistema Judiciário.

Não estou aqui fazendo qualquer apologia à violação de nossa Carta Magna, que assegura: todos são inocentes até que se prove o contrário, até que se esgotem todos os recursos de sua defesa.

Defendo, sim, que cada um pague justamente por seus atos. Nem mais, nem menos, afinal, sem esse preceito básico, não podemos falar em justiça.

Mas os privilégios do réu em questão foram evidentes. Registre-se que, a atuação da defesa foi classificada diversas vezes como procrastinatória - que atua para atrasar o processo. Após os 70 anos, o prazo de pre scrição dos crimes e as penas, em caso de condenação, caem pela metade.

Não, senhoras e senhores deputados, não podemos permitir que haja uma interpretação "excepcional" da lei por causa da condição social do réu.

Temos a esperança de que esse caso nos incite à ação e levante um clamor da sociedade pela transformação desse país.

Com o posicionamento do STF que permite progressão de regime para crimes hediondos, Pimenta Neves pode pedir para ir ao semi-aberto após cumprir um sexto da pena. A defesa em seu recurso sustentará que ele cometeu o crime sob violenta emoção, o que poderá reduzir a pena.

Por isso, convoco vossas excelências a assinarem um documento a ser enviado a todas as instâncias – Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal – e à OAB, pedindo a imparcialidade no caso e que se faça JUSTIÇA.

SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS:
Não podemos mais ficar de braços cruzados.

A transformação desse país depende de cada um de nós, representantes do povo e cidadãos.

Vocês, homens, têm um papel muito importante a cumprir nesse processo.

Como já defendi aqui reiteradas vezes, precisamos empreender uma revolução de valores em nosso país para dar um basta a essa situação de violência contra a mulher.

E os homens precisam estar engajados nessa luta, como fizeram aqueles do Canadá, que lançaram a campanha do Laço Branco, hoje realizada em diversos países do mundo, pregando o compromisso dos homens com o fim da violência contra a mulher.

Apenas dessa forma podemos mudar o nosso sistema legal, que hoje é muito precário e insuficiente para reger esses crimes.

A violência doméstica, por exemplo, tem sido tratada como crime de menor potencial ofensivo, o que tem contribuído para a impunidade.

Desde o começo do ano, 115 mulheres já foram assassinadas em Pernambuco.

PODER LEGISLATIVO



Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Ettore Labanca; **2º Vice-Presidente**, Deputado Raimundo Pimentel; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Guilherme Uchôa; **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite; **4º Secretária**, Deputada Carla Lapa. **Procuradoria Geral**, Edvaldo José Cordeiro dos Santos (procurador-geral); **Superintendência Geral**, Eva Maria de Andrade Lima (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa**, Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa**, Genaro Domingues da Silva (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos**, Isabel Cristina Couto Costa (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica**, Claudio Godoy (Superintendente); **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira**, Arlete Falcão Ferreira (Superintendente); **Cerimonial**, Socorro Vilaça Rodrigues (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional**, Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência Segurança Legislativa**, Maj. Hermes José de Melo (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo**, Maria Lúcia Cavalcanti Galindo (Assistente Educacional); **Auditagem**, Delzuita Alves Viero (Auditora-chefe); **Assistência de Comunicação Social**, Ana Lúcia Lins (Assistente de Comunicação Social); **Chefe do Departamento de Imprensa**, Cláudia Lucena; **Editora**: Andréa Tavares; **Redatores**: Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Edição Eletrônica**: Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV**: Ana Lúcia Lins; **Repórteres**: Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som**: Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários**: Isabelle Barros, Diego Gouveia, Flávia da Rosa Borges, Rodrigo Guedes e Zanoni Júnior. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail**: dimprensa@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

Mais uma vez, conclamo todas as instâncias governamentais e não-governamentais do nosso Estado para mudar essa situação.

Só assim poderemos voltar a falar em justiça e dizer que vivemos, de fato, em um Estado Democrático de Direito.

A luta, senhoras e senhores deputados, é pelo direito mais elementar do ser humano: o direito à vida!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO NELSON PEREIRA NA REUNIÃO DO DIA 10 DE MAIO DE 2006.

FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO IRMÃ DOROTHY STANG ESTÃO AMEAÇADAS DE DESPEJO

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados

No dia de ontem, mais um grupo de famílias liderado pelo Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL, que ocupam uma área na Imbiribeira, denominada “Comunidade Irmã Dorothy Stang”, foi vítima da falta de políticas públicas destinadas a minorar o déficit de moradias, que no caso de Pernambuco atinge um elevado número de pessoas.

Os moradores da ocupação passaram por momentos de grande constrangimento. Na segunda-feira a noite, foram vigiados por pistoleiros fortemente armados que rondavam a ocupação tentando intimidá-los e ontem foram surpreendidos com uma notícia de que seriam despejados da área de 14 hectares que ocupam acerca de 18 meses. Por essas razões, tomaram a iniciativa de acampar ao lado da residência do Exmo. Sr. Governador do Estado, Mendonça Filho.

Os ocupantes da área seguiram para a residência do Governador com suas crianças e alguns pertences, para tentar sensibilizar o chefe do Poder Executivo a encontrar uma solução, tanto para as ameaças sofridas, quanto para a questão relacionada ao despejo. Incidentes como esse Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados seriam perfeitamente evitados se o nosso Estado tivesse uma política habitacional adequada às necessidades da população, com a destinação recursos financeiros para a construção de moradias populares conjuntamente com os movimentos sociais, para que o trabalhador não tenha que recorrer a iniciativas extremas, a fim de garantir o acesso casa própria.

Por isso, a expulsão das famílias da ocupação Irmã Dorothy Stang não pode prosperar, sendo imprescindível o apoio do Executivo Estadual para encontrar uma saída, no sentido de legalizar a posse de uma terra, que por quarenta anos serviu aos interesses de grileiros e especuladores e que, pelo uso da força querem retirar do referido assentamento urbano trabalhadoras e trabalhadores que estão lutando por um modesto teto.

É hora de acabar com a violência contra trabalhadores que só podem responder pacificamente as investidas de grupos para-militares que sempre estiveram a serviço do latifúndio improdutivo neste Estado.

Para concluir senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados é necessário que o Governo adote medidas urgentes para a apuração dos fatos e punição dos culpados pelas denúncias feitas por representantes dos “sem-tetos” ontem à noite no Palácio, bem instituir uma política habitacional destinada as ocupações urbanas, em especial a ocupação Irmã Dorothy Stang, a fim legalizar os imóveis ocupados e ofertar uma moradia digna aos trabalhadores e seus familiares.

Obrigado.

Portarias

PORTARIA Nº 382

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 026/2006, da Deputada Jacilda Urquiza, **RESOLVE**: alterar a gratificação de Representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo a 1º de maio do corrente, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.347/03.

NOME (PARA)	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual
MARCIA AMÁLIA RAMOS CUNHA	Assessor Especial/ PL-ASC	60%	0%
PAULO ROBERTO DA SILVA	Assessor Especial/ PL-ASC	120%	110,47%
PEDRO BARBOSA TINOCO NETO	Assessor Especial/ PL-ASC	75,47%	120%

Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 12 de maio de 2006.

Deputado **JOÃO NEGROMONTE**
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 383

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 026/2006, da Deputada Jacilda Urquiza, **RESOLVE**: atribuir a gratificação de Representação de 60 (sessenta por cento) no cargo em comissão de Secretário Parlamentar Símbolo PL-SPC, ao servidor ROBSON MARTINS FALCÃO, retroagindo a 1º de maio do corrente, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.347/03.

Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 12 de maio de 2006.

Deputado **JOÃO NEGROMONTE**
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 154

A SUPERINTENDÊNCIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 262873/2006 e laudo da Junta Médica e de Aposentadoria da ALEPE, **RESOLVE**: prorrogar a licença por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 13 de fevereiro de 2006, para tratamento de saúde, do servidor **ALEXANDRE RICARDO CAVALCANTI FERREIRA DE OLIVEIRA**, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, nos termos do Art.109, inciso II da Lei nº 6.123/68.

Sala Austro Costa, 10 de maio de 2006

EVA MARIA DE ANDRADE LIMA
Superintendente Geral
(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)

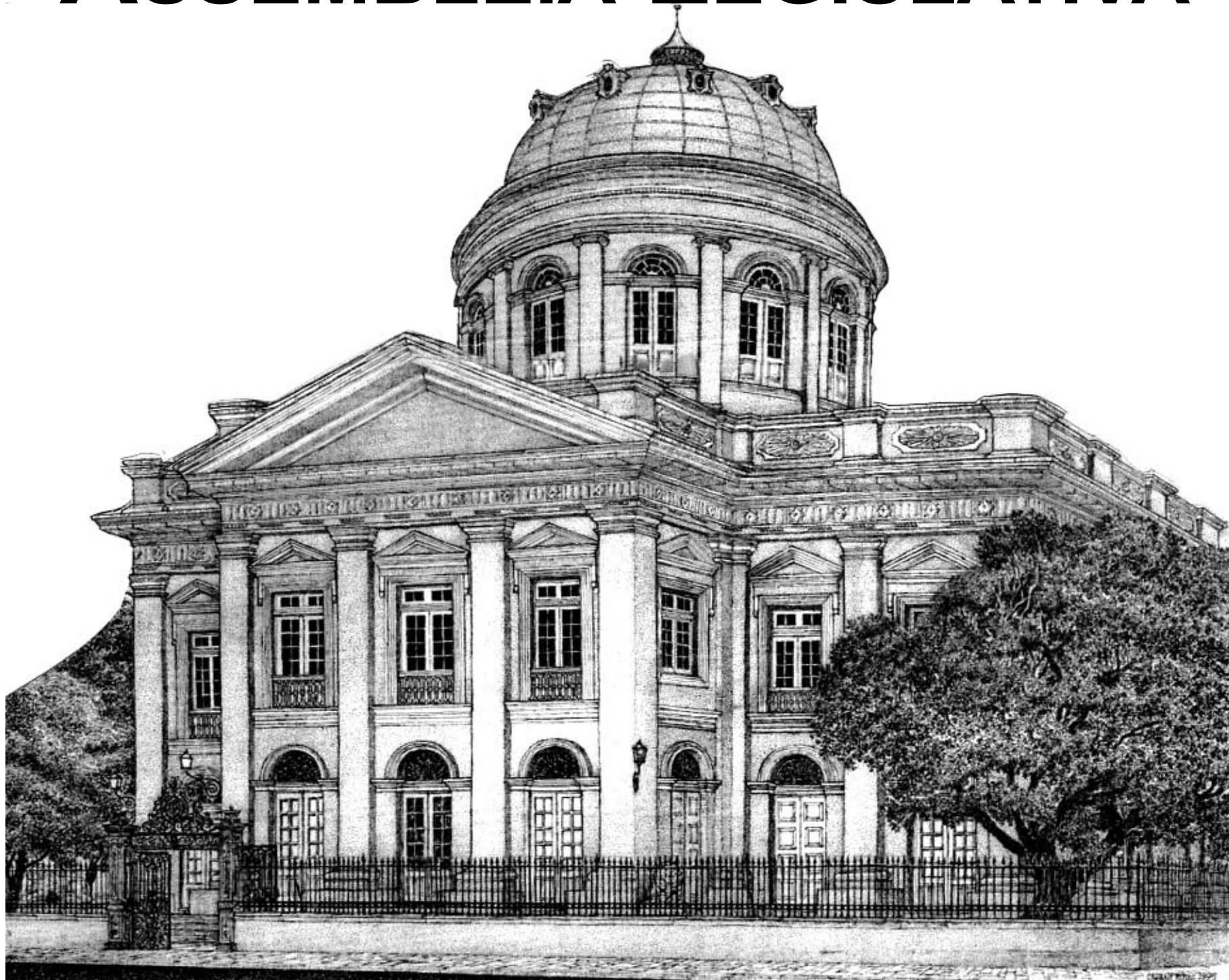
PORTARIA Nº 155

A SUPERINTENDÊNCIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 101/2006, da Assistente Chefe do Legislativo, Ana Olímpia Celso de Miranda Severo, **RESOLVE**: lotar naquela Assistência, o servidor **ALCIDÉZIO BARBOSA DE MOURA**, matrícula nº 0526, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder.

Sala Austro Costa, 12 de maio de 2006

EVA MARIA ANDRADE LIMA
Superintendente Geral

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

MESA DIRETORA:

DEPUTADO ROMÁRIO DIAS	-	PRESIDENTE
DEPUTADO ETTORE LABANCA	-	1º VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL	-	2º VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO JOÃO NEGROMONTE	-	1º SECRETÁRIO
DEPUTADO GUILHERME UCHÔA	-	2º SECRETÁRIO
DEPUTADO SÉRGIO LEITE	-	3º SECRETÁRIO
DEPUTADA CARLA LAPA	-	4º SECRETÁRIA